

## ACTA Nº 14

Aos **dezoito** dias do mês de **Dezembro**, do ano de **dois mil e sete**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada de doze, do mesmo mês, constava, da Ordem de Trabalhos, o seguinte:

<b>I – Período de “antes da ordem do dia”.</b>
<b>II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:</b> 1º. <b>Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;</b> 2º. <b>Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2008;</b> 3º. <b>Parque de Estacionamento da Coroada;</b> 4º. <b>Empreendimentos Eólicos de Caminhos de Santiago, S.A.;</b> 5ª. <b>Isenção de I.M.T. .</b>
<b>III - Período de Intervenção do Público.</b>



### I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa, Dr. **José António Nogueira**, às 9h.00, constatada a existência de quórum, iniciou os trabalhos, com a habitual saudação protocolar.

Deu conta da ausência dos membros Dr.ª Margarida Rodrigues, Dr.ª Lígia Pereira e Dr.ª Dora Ferreira substituídas por Sr. Tomás Coelho, Sr. Álvaro Queirós e Sr. Sérgio Silva, respectivamente, (sendo que Dr.ª Maria João Gonçalves, Dr.ª Natacha Lourenço e Dr.ª Eva Fernandes que seriam os substitutos directos, não estavam presentes), e que Sr. Manuel Temporão foi substituído por Sr. Raul Lopes. A Mesa considerou justificadas todas as faltas, atentos os requerimentos recebidos, entregues pelos líderes dos Grupos Municipais respectivos e/ou recepcionados no Secretariado de Apoio da Assembleia Municipal.

Nos termos do nº4 do art. 21º do Regime da Assembleia Municipal D.ª Conceição Pereira ocupou o cargo de Segunda Secretária, conforme convite endereçado e aceite.

O Presidente da Mesa, Dr. **José António Nogueira**, referiu que em Fevereiro de 2008, tudo aponta para que esteja disponível novo equipamento de som portátil e, assim, a próxima sessão deve ser realizada no salão da Junta de Freguesia de Fontoura.

Propôs a inclusão na Ordem de Trabalhos de um novo ponto, o sexto: **Construção do Centro de Dia de Cerdal – Suspensão Parcial do PDM de Valença com adopção de medidas preventivas.**

Face ao que, num universo de 36 votantes, registaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 36 votos a favor. **Aprovado por unanimidade.**

A Primeira Secretária, Dr.ª **Anabela Rodrigues**, fez a leitura em resenha do expediente.

Posta à discussão a **Acta nº13**, não se tendo verificado a inscrição de nenhum senhor deputado, procedeu-se, de imediato, à sua votação. Num universo de 36 votantes, registaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 36 votos a favor. **Aprovada por unanimidade.**

De seguida, foram apresentados dois votos de pesar pelo falecimento de D.ª Dionísia Maria da Conceição Lobo Romeu e de Sr. Cândido Torres, aprovados por unanimidade, tendo-se de seguida observado um minuto de silêncio, em preto.

### PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Intervieram:

O deputado Sr. **Armando Carvalho**, para:

1. Manifestar o seu desagrado pelo facto da sessão não estar a ser realizada no salão da Junta de Freguesia de Fontoura, não obstante o expendido pelo Presidente da Mesa;
2. Confrontar os deputados municipais com o pacto entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata sobre a nova fórmula de proceder à eleição dos autarcas, que do ponto de vista da CDU é manifestamente injusta, pois visa afastar a representatividade dos partidos menos votados;
3. Manifestar o seu desagrado pelo encerramento do Bar da Estação e do da Fronteira.;
4. Insistir na necessidade de criação de uma “Agência para o Desenvolvimento”; e,
5. Relembrar que continua sem resposta ao requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara, em 11/11/2006.

O deputado Sr. **Manuel Lopes**, para:

1. Fazer um pequeno apontamento à acta nº 13, esclarecendo que aguarda não a iluminação do adro da Igreja, mas sim da própria Igreja;
2. Perguntar sobre a autoria do projecto do saneamento da freguesia de Ganfei e quem o acompanhou;
3. Acrescentar que mais de cinquenta por cento da população dessa freguesia fica sem saneamento; e,
4. Questionar sobre o atraso na colocação da iluminação de Natal.

A deputada D.<sup>a</sup> **Isabel Andres** para:

1. Questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do encaminhamento dado à correspondência recebida; e,
2. Solicitar-lhe esclarecimentos acerca do depósito de lixos, que especificou, perguntando a quem pedir responsabilidades e o que foi feito para solucionar o problema.

O deputado Sr. **João Amorim Dias**, para:

1. Solicitar, mais uma vez, que sempre que a tampa do saneamento de Favais saia do seu lugar, os serviços procedam a uma lavagem do piso;
2. Perguntar para quando a conclusão do canteiro separador na Rua de Favais; e,
3. Dar os parabéns pela nóvel sinalética da zona urbana da Vila;

O deputado Sr. **Salustiano Faria**, que reportando-se à intervenção do deputado Armando Carvalho, teceu vários comentários, a propósito, concluindo, em suma, pela legalidade e legitimidade democráticas do sobredito “pacto”.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. **José Luís Serra**, quanto às intervenções que a seguir se discriminam, disse:

1. Deputado Sr. Armando Carvalho:

- A legislação a partir do momento em que entra em vigor é para ser aplicada; e,
- Em relação ao aterro vai-se encarregar pessoalmente que lhe chegue uma resposta e que, na altura, foi levantado um auto de contra-ordenação;

2. Deputado Sr. Manuel Lopes:

- Quem elaborou o projecto da empreitada de saneamento da freguesia de Ganfei foram os Serviços Técnicos da Câmara Municipal e quem o acompanhou foram os Fiscais e os Engenheiros da Edilidade;
- O processo encontra-se no contencioso da Câmara e será a esse nível que vai ser tratado; e,
- A iluminação de Natal deveria estar ligada no dia oito de Dezembro - como a empresa não cumpriu vai ser sujeita às penalidades que a lei prevê.

3. Deputada D.<sup>a</sup> Isabel Andres:

- Quanto ao depósito dos detritos a Câmara, tal como as autoridades policiais, encontram-se a aguardar uma resposta do Instituto dos Resíduos; e,
- Sobre a questão da correspondência referiu que desde o mês de Setembro último toda a documentação é digitalizada, sendo informada e despachada nos mesmos moldes e

que a responsabilidade das pessoas por quem os documentos transitam, fica devidamente registada;

4. Deputado Sr. João Amorim Dias:

- A questão colocada em relação à tampa de saneamento de Favais nem deveria ser posta pois os Serviços sabem que, sempre que chove, a tampa dá problemas e, devem intervir;
- Que sobre o canteiro tomou a devida nota; e,
- Que quanto à sinalética a sua estética também é de seu agrado.

Neste momento o Presidente da Câmara teve que se ausentar da sessão, ficando a substituí-lo o Vice-Presidente, Dr. Fernando Rodrigues.

■

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1º Ponto

#### Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 2

Usaram da palavra:

O deputado Sr. **Armando Carvalho**:

1. Quanto ao Bar da Fronteira disse ser uma pena que, embora aquela zona esteja a ficar bonita, a mesma não seja prática, exemplificando, entre o mais, com a luz do poste de iluminação que se encontra em frente desse Bar encandear quem vem no sentido ascendente, por os projectores esarem demasiado baixos;
2. Sustentou que a propugnada “Agência para o Desenvolvimento” poderia resolver, em parte, estes assuntos, se fosse planeada e executada em comunhão com os interessados; e,
3. Relativamente ao aterro, referiu que muito gostaria que fosse tomada uma atitude que não de meras palavras.

O deputado Sr. **Manuel Lopes**:

1. Quanto ao ponto de situação das empreitadas propôs que de futuro fosse indicado o local/freguesia de realização da empreitada;
2. Relembrou alguns pontos pelos quais vem lutando: PDM; iluminação da Igreja de Ganfei; paragens de Soutilho e Vilar; Saneamento; e,
3. Terminou desejando um Feliz Natal a todos os membros da Assembleia Municipal;

O deputado Prof. **José Veríssimo** para salientar que não existe qualquer abrigo para passageiros na zona escolar, situação que urge seja colmatada.

O deputado Dr. **Manuel Lima**, para:

1. Inquirir sobre se é verdade que existem dificuldades para se proceder à legalização da venda das parcelas na zona industrial; e,
2. Questionar qual o ponto da situação do projecto da ETAR para a Zona Industrial;

O deputado Sr. **Amorim Dias** para:

1. Dar nota que têm sido feitas algumas intervenções arqueológicas na zona intramuros, que posteriormente são aterradas. Questiona se estas pesquisas se destinam, apenas, a constarem do respectivo registo de cadastro;
2. Dar nota sobre o que passa com a água na freguesia de Santa Maria da Silva e, quanto às análises periódicas, inquire sobre se haverá problemas entre a captação e a bombagem uma qualquer infiltração nas tubagens; e,
3. Dar os parabéns às Comissões eleitas no início do mandato pelo trabalho desempenhado.

O Vice-Presidente da Câmara, Dr. **Fernando Pereira Rodrigues**:

1. Reportando-se às questões colocadas pelo deputado Armando Carvalho referiu que as obras estão equacionadas de forma a não prejudicar a actividade do Bar da Fronteira;
2. Deu conta que as obras referidas pelo deputado Manuel Lopes serão realizadas em seu devido tempo;
3. Disse estar-se a procurar encontrar um tipo padrão de paragem para passageiros que responda às questões do vandalismo, de modo a permitir a cobertura de todo o concelho;
4. Relativamente ao Parque Industrial, afirmou não ter conhecimento de situações que não tenham tido resolução;
5. Referindo-se às pesquisas arqueológicas, esclareceu que foi feito um protocolo com a Universidade do Minho para fazer as prospecções de forma a avaliar se as descobertas realizadas apresentam ou não algum valor arqueológico;
6. Esclareceu que a Câmara manda fazer análises periódicas de água no “Instituto Ricardo Jorge”, as quais têm apresentado parâmetros normais, pelo que esta situação, da Silva, irá ser averiguada junto do técnico responsável; e,
7. Referiu concordar que as Comissões têm um papel preponderante no que sectorialmente lhe é cometido.

Pelo **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, foi dada a palavra aos:

Deputado Sr. **Armando Carvalho**, que referiu a necessidade da criação de uma Comissão de Acompanhamento das Pedreiras a qual deveria incluir os Conselhos de Administração dos Baldios.

Deputado Sr. **Manuel Lopes**, que disse estar cheio de promessas, esperando que a mesmas se cumpram.

Deputado Prof. **José Veríssimo** para manifestar o seu agrado em saber que a construção de abrigos para os alunos está para breve.

O Vice-Presidente da Câmara, Dr. **Fernando Rodrigues**, para salientar ter por desnecessária a criação de uma Comissão de Acompanhamento das Pedreiras, e percutir o aduzido quanto aos abrigos.

Pelas 10h20m, o Presidente da Mesa, Dr. **José António Nogueira**, interrompeu os trabalhos, para intervalo. Retomou-se a sessão às 10h45m.

## **2º Ponto**

### **Grandes opções do Plano e Orçamento do Município para 2008 – Anexo 3**

Intervieram:

O deputado Sr. **Armando Carvalho** para enumerar as razões porque vai votar contra este ponto. Em síntese, porque o Orçamento:

1. Em transferências directas transfere menos de cinco por cento para as Juntas de Freguesia - ou seja, a maior parte do investimento é feito, novamente, na Vila;
2. Continua a não resolver o grave problema dos transportes colectivos; e,
3. Não prevê mecanismos financeiros que evitem, a curto prazo, o aumento do preço da água.

O deputado Sr. **Manuel Lopes**, para:

1. Questionar se as empresas participadas pela Câmara Municipal (Águas do Minho e Lima; Interminho e Valorminho) não deveriam também apresentar um Orçamento para o ano de 2008; e,
2. Afirmar que as freguesias continuam a ser castigadas com este orçamento pelos seguintes motivos: não vê uma verba para arranjo/beneficiação dos passeios da

estrada que liga a zona escolar ao estabelecimento “Merendola”; não vê verba para a falada variante Valença/Monção; não vê qualquer verba para caminhos na freguesia de Ganfei; mas vê que noventa por cento das verbas deste orçamento estão centralizadas na Vila de Valença.

3. Conclui afirmando ir votar contra este instrumento previsional.

A deputada Dr.<sup>a</sup> **Inês Ferreira** para

1. Dizer que um orçamento deve responder a critérios, prioridades e objectivos, claros e inequívocos, em termos de estratégia de desenvolvimento para o município;
2. Referir que não são apresentadas as prioridades políticas que sustentam as verbas apresentadas;
3. Questionar como se pode fazer um Plano de Investimento em que apenas cinquenta por cento está definido;
4. Constatar que não existe financiamento, neste momento, para metade do valor orçamentado em termos de investimento (porém, já estão previstos investimentos para os anos seguintes...);
5. Salientar que a educação representa apenas catorze por cento do total orçamentado em termos de Plano Anual de Investimento; e,
6. Referir que as rubricas relativas à segurança e à acção social representam um vírgula dois por cento dos montantes previstos nas Grandes Opções do Plano.

O Deputado Prof. **José Veríssimo** para:

1. Dar nota que no investimento para a Educação este Orçamento prevê uma redução de, aproximadamente, meio ponto percentual relativamente do ano de dois mil e sete;
2. Salientar que nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e cinco já constava a construção de um edifício para o pré-escolar, no complexo de Valença, tal como nas Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e sete já estava contemplada a construção dos pavilhões gimnodesportivos de Cerdal e de Friestas;
3. Referir que o programa de investimentos da Carta Educativa prevê, numa primeira fase, a construção de um novo Centro Escolar nas Antas e remodelação de três escolas do primeiro ciclo, a saber: Arão, Passos – Cerdal e Friestas;
4. Questionar se nas Grandes Opções do Plano para dois mil e oito já se encontra contabilizado o custo do polidesportivo das Antas;
5. Solicitar explicações para diferença de valores apresentados na Carta Educativa e nas Grandes Opções do Plano para dois mil e oito, referentes à remodelação das três escolas do primeiro ciclo atrás identificadas; e,
6. Dizer não perceber os valores mencionados nas Grandes Opções do Plano para a aquisição de equipamento para as cantinas escolares.

O deputado Sr. **Alberto Vilas** para perguntar aos Presidentes de Junta presentes se estavam satisfeitos com a distribuição de verbas previstas para as Juntas de Freguesia.

O deputado Sr. **Rui Marrucho** para dizer que já teve oportunidade de manifestar perante o Sr. Presidente da Câmara o seu desejo de que este, de futuro, olhe mais para as Freguesias.

O deputado Sr. **Salustiano Faria** para dizer que o grupo municipal do Partido Socialista vai aprovar este Orçamento porque o mesmo é de rigor e exequível.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, que, após o intervalo, havia regressado, em resposta às questões colocadas pelos senhores deputados:

1 - No que se refere à água esclareceu que se existir vontade política não é necessário aderir à baixa. No entanto, frisa que só lhe podem ser pedidas responsabilidades nos actos em que este executivo teve responsabilidade directa;

2 – Reafirmou que, de uma forma geral, a Câmara continua respeitar os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia;

3 - Salientou que as empresas participadas não têm de apresentar os Orçamentos. Estes estão disponíveis na Câmara Municipal, para consulta. Têm é que prestar as contas e estas têm sido sempre apresentadas em reunião do executivo, as quais também serão facultadas se assim for solicitado;

4 - Referiu que na zona escolar, num primeira fase, vão ser construído os passeios entre as Escolas e a Quinta do Prazo;

5 - Reconheceu a necessidade da construção da variante à Estrada Nacional Valença/Monção, destacando que um investimento desta natureza nunca será feito pelo município, pois jamais terá capacidade para fazer uma obra destas. Terá que ser uma obra assumida pelo Ministério das Obras Públicas e, nesse sentido, estão, há muito a fazer-se esforços e diligências;

6 - Esclareceu que a concentração de investimento na vila se deve ao estado caótico em que a mesma se encontrava. Além disso, as prioridades estabelecem-se por atenção a dois factores: estado de situação do local e candidaturas a fundos disponibilizáveis;

7 - Explicou que as rubricas que não se encontram definidas são para possibilitar a apresentação de futuras candidaturas;

8 - No que se refere à educação, referiu que se tem que fazer as contas ao valor da rubrica “financiamento definido” e “não definido”. Acrescentou que se elaborou e homologou uma Carta Educativa, foi feita a candidatura para o Centro Escolar de Valença e encontram-se a ser preparadas as de Friestas e Cerdal; e,

9 - Salientou que a receita prevista se destina a ser aplicada, estando previsto para dois mil e oito investimentos em todas as freguesias.

Após, usar da palavra:

O deputado Sr. **Armando Carvalho** para voltar a insistir no problema da água, dizendo que apresentou um documento que mostra que é possível mantê-la na esfera pública e que devem ser tomadas as medidas políticas correctas de forma a salvaguardar os interesses dos valencianos mais carenciados.

O deputado Sr. **Manuel Lopes** para:

1. Afirmar que, tal como ficou provado, há disponibilidade financeira da Câmara;
2. Salientar que o turismo em Valença não se esgota na Fortaleza, existindo várias freguesias que também têm pontos de interesse turístico, pugnando pela sua descentralização; e,
3. Acrescentar que é necessário melhorar as condições de ensino, de forma a melhorar o rendimento escolar.

A deputada Dr.<sup>a</sup> **Inês Ferreira** para questionar:

1. Sobre quais são as prioridades que justificam as verbas vertidas no orçamento; e,
2. Se o município está a definir investimentos em infra-estruturas, que vão ser o pilar do seu desenvolvimento, só em função das candidaturas que possam surgir.

O deputado Prof. **José Veríssimo** para voltar a enumerar mais algumas deficiências existentes no parque escolar do concelho.

O deputado Sr. **Alberto Vilas** para:

1. Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que emitisse a sua opinião acerca do parque de Estacionamento da Coroadá; e,
2. Perguntar porque não transfere alguma das verbas que tem disponíveis para as Juntas de Freguesias, de forma a que estas se pudessem desenvolver.

O deputado Sr. **Rui Marrucho** para:

1. Reconhecer que esta é uma boa gestão, já que existem obras em curso e as dívidas estão a ser reduzidas; e,
2. Solicitar, na qualidade de Representante dos Presidentes de Junta, que votem a favor do orçamento.

O deputado Sr. **Salustiano Faria** para dar conta que a questão do turismo foi, há muito, levantada por si, pois entende que este é imprescindível ao desenvolvimento do concelho.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, para:

1. Dizer que, como existem constrangimentos, é necessário tomar decisões com base em prioridades, muitas delas envolvendo investimentos avultados, que já se encontram identificadas há muito tempo e que já passaram por vários executivos;
2. Referir que no PROT são apresentados, a nível nacional, cinco concelhos de potencial desenvolvimento estratégico e dois deles estão no distrito de Viana do Castelo: Ponte de Lima e Valença;
3. Explicar que é necessário preparar a zona envolvente à localização destes investimentos de forma a que não sejam cometidos erros do ponto de vista ambiental e de ordenamento; e,
4. Esclarecer que, quer nas grandes opções do plano, quer no orçamento, quer no PPI, há uma aposta forte na educação a nível de investimento físico, uma grande aposta. Embora não seja da iniciativa do município, porque não o pode ser, no apoio às IPSS o município está envolvido na parte não financiada, na construção de Centros de Dia, Creches e Lares, como, por exemplo, a creche na freguesia de Cerdal e o Centro de Dia da Associação de Reformados, da Cruz Vermelha e o Lar, Creche e Apoio Domiciliário.

Num universo de 36 votantes, verificaram-se 9 votos contra (Santos Silva, Inês Ferreira, Alberto Vilas, José Veríssimo, Carlos Marinho, Isabel Andres, Manuel Lima, Manuel Lopes e Armando Carvalho), 0 abstenções, 27 votos a favor, pelo que este ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por maioria**.

### 3º Ponto

#### Parque de Estacionamento da Coroada – Anexo 4

Intervieram:

O deputado Sr. **Armando Carvalho** para:

1. Questionar se o Parque de Estacionamento em causa é o original - isto porque, actualmente, a Coroada tem dois parques de estacionamento, um dos quais está cometido ao Sport Club Valenciano - , pretendendo saber se a taxa é para se aplicar a este ou aos dois;
2. Manifestar as suas dúvidas quanto à aplicabilidade deste tipo de taxas;
3. Salientar o seu desacordo pelo facto de o Campo de Marte estar a ser utilizado como parque de estacionamento; e,
4. Referir que a CDU se vai abster relativamente a este ponto, apresentando o seu protesto pelo facto de o Campo de Marte estar a ser utilizado como parque de estacionamento, quando não era esse o seu propósito.

O deputado Arq. **Carlos Marinho**, para:

1. Questionar se o referido parque se baseia, apenas, na aquisição e colocação de meios automáticos de controle do estacionamento; e,
2. Alertar para o facto dos parques de estacionamento terem, entre o mais, que obedecer ao disposto no decreto-lei 81/2006 de 20 de Abril.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, para:

1. Explicar que também não é do seu agrado o uso do Campo de Marte como parque de estacionamento e que esta tem que ser vista como uma situação transitória e provisória, até se encontrar executada a obra do parque de estacionamento subterrâneo;
2. Acrescentar que os dois parques de estacionamento – o do Campo de Marte e o da Praça de Armas – estão a ser explorados pelo município, sendo que a receita do

município deve servir para reforçar o apoio às instituições e criar capacidade para obviar eventuais anomalias surgidas;

3. Mencionar que já se encontra em fase de adjudicação o concurso para a aquisição do equipamento para o pagamento de estacionamento, bem como de uma estrutura amovível para o vigilante do parque; e,
4. Salientar que o diploma legal atrás referido se encontra a ser cumprido no que respeita à execução do que foi posto a concurso.  
O deputado Sr. **Armando Carvalho**, para declarar ir alterar o sentido e a declaração de voto, passando a votar contra, pois tem que o espaço vai ser transformado definitiva e formalmente em parque de estacionamento.

O deputado Arq. **Alberto Reis** para:

1. Manifestar a sua surpresa pelo facto de se estar a discutir a utilização indevida que se está a fazer do Campo de Marte, pois este órgão aprovou, por unanimidade e aclamação, a circulação condicionada de veículos dentro da muralha. Por isso, pergunta porque é que, em vez de se estar a criar esta taxa de estacionamento, não se pondera a criação de uma taxa de acesso ao interior da vila;
2. Constatar que o estacionamento tem vindo a ser maltratado, pois cada vez está mais reduzido no exterior da fortaleza;
3. Chamar a atenção que, em frente ao Edifício Gaveto, na Avenida de Espanha, o estacionamento foi convertido em longitudinal, mas os utentes continuam a optar por estacionar em espinha, acabando por ficar com parte do veículo na faixa de rodagem; e,
4. Solicitar esclarecimentos sobre se este ponto se refere ao Campo de Marte ou ao outro espaço existente.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, para:

1. Dizer não defender o estacionamento naquele local, sendo que deve entender-se como um contributo que o Município dá para atenuar os prejuízos que esta obra causa ao comércio e aos moradores; e,
2. Esclarecer que este ponto se refere ao estacionamento nos dois espaços e o que está para apreciação e votação é o valor das taxas.

Num universo de 36 votantes registou-se 1 voto contra (Armando Carvalho), 0 abstenções e 35 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

Declaração de voto do deputado Armando Carvalho: “A CDU vota contra a proposta em epígrafe, não em relação às tarifas anunciadas, mas como forma de protesto pela ocupação do Campo de Marte para um Parque de Estacionamento”.

#### **4º Ponto**

##### **Empreendimentos Eólicos de Caminhos de Santiago, S.A.**

À minguá de inscrições, passou-se à votação. Assim, num universo de 36 votantes registaram-se 0 votos contra, 2 abstenções (Alberto Vilas e Armando Carvalho) e 34 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

#### **5º Ponto**

##### **Isenção de I.M.T. – Anexo 6**

Intervieram:

O deputado Sr. **Armando Carvalho** para inquirir sobre o peso que as isenções do I.M.T. têm nas receitas da autarquia.

O deputado Dr. **Santos Silva** para:

1. Questionar acerca do critério que preside à concessão, ou não, da isenção do I.M.T; e,
2. Solicitar que se proceda à votação em separado dos dois pedidos.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. **José Luís Serra**, para, em resposta dizer que não é favor destas isenções de I.M.T. pois são uma fonte importante de financiamento do Município. Porém, pela leitura que faz da legislação, confirmado com os Serviços de Finanças, o Município apenas tem que verificar se estão reunidos os requisitos para ser concedida a dita isenção, pois quem, verdadeiramente, a concede é a Repartição de Finanças. Acrescenta que a Associação Nacional de Municípios já se insurgiu contra esta situação.

O **Presidente da Mesa** interveio para dizer que não era possível cindir este ponto, daí que o mesmo haja de ser votado em conjunto.

Após o que, o deputado Sr. **Armando Carvalho** propôs que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos.

O deputado Dr. **Jorge Santos Silva**, retomando a palavra, disse que devido ao facto de Assembleia Municipal ir gastar tempo em decidir algo completamente inócuo, porque não vai decidir nem ajudar a decidir nada, sugere duas hipóteses: fazer uma proposta no sentido de a Assembleia se recusar a fazer esta votação, extraindo-se, posteriormente, certidão da acta, enviando-a para a Associação Nacional de Municípios para, que a faça chegar a quem de direito; ou, votar contra.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. **José Luís Serra**, reforçou o anteriormente dito quanto a este ponto, propondo-se solicitar um parecer à Associação Nacional de Municípios quanto a esta questão.

Pelo Presidente da Mesa, Dr. **José Lopes Nogueira**, acolhendo a vontade manifestada por vários deputados, colocou à votação a exclusão deste ponto da ordem de trabalhos, tendo-se ausentado da sala, os deputados Dr. Santos Silva e Rui Marrucho. Num universo de 34 votantes registaram-se 12 votos a favor (Inês Ferreira, Alberto Vilas, José Veríssimo, Carlos Marinho, João Amorim, Raul Lopes, Isabel Andres, Manuel Lima, Elisabete Viana, Rui Marrucho e Armando Carvalho) 3 abstenções (Victor Rodrigues, Manuel Fernandes, Luís Areias) e 19 votos a contra, pelo que foi **rejeitado por maioria, a exclusão**.

Deste modo procedeu-se à votação do ponto número cinco, tendo-se ausentado da sala os deputados Dr. Santos Silva, José Manuel Esteves e Rui Marrucho, num universo de 33 votantes, 0 votos contra, 13 abstenções (Inês Ferreira, Alberto Vilas, José Veríssimo, Carlos Marinho, Raul Lopes, Isabel Andres, Manuel Lima, Elisabete Viana, João Amorim, Armando Carvalho, António Manuel, Victor Rodrigues e Luís Adriano Areias), 20 votos a favor, pelo que foi **aprovado por maioria**.

#### **6º Ponto**

#### **Construção da Creche e Centro de Dia de Cerdal - suspensão parcial do PDM e adopção de medidas preventivas - Anexo 7**

Usaram da palavra:

O deputado Sr. **Armando Carvalho**, para:

1. Questionar se estão previstas novas suspensões do PDM noutros pontos do concelho; e,
2. Solicitar uma explicação acerca deste ponto, ou seja, porque é que esta área não foi acautelada no PDM.

A deputada D.<sup>a</sup> **Isabel Andres**, para reiterar a necessidade de se acelerar o processo de revisão do PDM, de forma a clarificar as situações.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, informou que o terreno em causa, há já alguns anos, pertence ao Centro Social e Paroquial de Cerdal e que da Proposta do novo

Plano Director Municipal, aprovado em Comissão Técnica de Acompanhamento, já consta a instalação deste equipamento. No entanto, foi aprovada uma candidatura para financiamento e, como tal, urge resolver esta situação, sob pena de se perder o financiamento.

O deputado Sr. **Armando Carvalho** para insistir pela resposta à pergunta que colocara.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, para salientar que esta é uma situação concreta e que não estão previstas outras suspensões do PDM.

Procedeu-se à votação e num universo de 36 votantes verificou-se o seguinte resultado: 0 votos contra, 0 abstenções e 36 votos a favor, pelo que foi **aprovado por unanimidade**.

Seguiu-se a leitura e votação da **Acta em Minuta**. Num universo de 33 votantes, foi **aprovada por unanimidade**.

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se a munícipe D.<sup>a</sup> **Maria José Garcia Alves** que, no uso da palavra protestou por estarem a ser colocados obstáculos, tais como ferros, de forma a impedir o estacionamento de veículos no Largo da Estação.

O Presidente da Câmara, Dr. **José Luís Serra**, disse ter perfeito conhecimento desta situação, mais informando que irá ser colocada adequada sinalética.

O Presidente da Mesa, Dr. **José António Nogueira**, agradeceu a presença de todos e, pelas 13h20m, deu por encerrada a sessão.

Para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José António Lopes Nogueira**, e pela **Técnica Superior de Direito, Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Direito

-----

-----